

Calor extremo na Europa é alerta ao Brasil



» CARLOS BOCUHY
Presidente do Instituto
Brasileiro de Proteção
Ambiental (Proam)

A onda de calor que atinge a Europa neste ano deve ser lida pelo Brasil como um alerta institucional grave. Não se trata apenas de episódio climático excepcional, nem de tragédia distante. França, Espanha, Reino Unido, Itália e outros países europeus já antecipam uma realidade que também ameaça cidades brasileiras: o calor extremo tornou-se uma emergência de saúde pública, educacional, urbana, econômica e social.

Na França e na Espanha, a onda de calor provocou até o momento milhares de mortes. A maioria das vítimas são pessoas idosas, especialmente acima de 65 anos. Hospitais recebem pacientes com hipertermia, desidratação, insuficiência cardiovascular, agravamento de doenças respiratórias, renais e metabólicas. Esse é o dado central: o calor mata.

Escolas fecham ou alteram horários. Transportes, redes elétricas e serviços públicos estão pressionados por temperaturas para as quais a infraestrutura não foi planejada.

Diferentemente de enchentes, deslizamentos ou incêndios, as ondas de calor nem sempre produzem imagens imediatas de destruição.

Seus efeitos aparecem nos prontos-socorros, nas casas de idosos, nas residências superaquecidas, nas escolas sem ventilação, na exposição de trabalhadores ao calor.

O calor extremo aumenta o risco de infarto, acidente vascular cerebral, insuficiência renal aguda, crises respiratórias, desidratação severa, distúrbios hidroeletrólíticos, complicações da diabetes, agravamento de doenças neurológicas e transtornos de saúde mental.

No Brasil, essa realidade exige mudança imediata de postura da administração pública. Ondas de calor precisam ser incorporadas aos sistemas de vigilância em saúde, à defesa civil, aos serviços de assistência social, aos planos diretores, às políticas habitacionais, aos programas de arborização urbana, às normas de construção, à gestão escolar e ao planejamento hospitalar.

Grande parte da infraestrutura brasileira foi construída para um clima que já não existe. Permanecer inerte diante dessa mudança é transferir para a população o custo da omissão estatal.

O custo da inação aparece no aumento das internações hospitalares, na sobrecarga do SUS, no crescimento da mortalidade evitável, na perda de produtividade, no aumento dos afastamentos do trabalho, no maior consumo de energia, na interrupção de aulas, na deterioração da infraestrutura urbana e no agravamento das desigualdades sociais.

Trabalhadores da construção civil, da agricultura, da limpeza urbana, da logística, do transporte e de serviços ao ar livre

são diretamente afetados. O calor reduz a capacidade física, aumenta o risco de acidentes, exige pausas mais frequentes e diminui a produtividade.

Nas cidades, superfícies impermeáveis, ausência de arborização, telhados escuros, excesso de concreto e expansão urbana sem planejamento intensificam ilhas de calor.

A experiência europeia demonstra outro ponto essencial: existe limite para a adaptação. Sem mitigação forte, isto é, sem redução consistente das emissões de gases de efeito estufa e contenção do aquecimento global, a adaptação pode se tornar progressivamente insuficiente.

A administração pública tem de agir antes de tragédias previsíveis. Isso significa criar planos municipais e estaduais de resposta a ondas de calor, com sistemas de alerta precoce, protocolos hospitalares, busca ativa de idosos isolados, proteção a pessoas em situação de rua, adaptação das escolas, distribuição de água, abertura de refúgios climáticos, revisão de horários de trabalho e aula e ampliação da arborização urbana.

A pergunta que se impõe às autoridades brasileiras é simples: quantas mortes serão necessárias para que o calor extremo seja tratado como emergência de saúde pública?

O custo da prevenção é alto, mas o custo da omissão é incomparavelmente maior. A adaptação climática torna-se, cada vez mais, política de sobrevivência, exigência sanitária, obrigação educacional, decisão econômica racional e dever constitucional.

Maurenilson Freire / CB/D.A Press



A cultura e o FAC à sombra do calote



» PABLO GONÇALO
» CIBELE AMARAL
» MARCELO TOLEDO
» RENATA DINIZ
Cineastas

Contingenciamento. Taí uma palavra longa, esquisita. Vale olhá-la com calma, quebre-a, repita-a: con-tin-gen-ci-a-men-to. Contou? Tem sete sílabas, 11 consoantes e uma paroxítona. Caso houvesse uma disputa das palavras mais feias da língua portuguesa, essa seria uma forte candidata ao topo da lista. Contingenciamento remete a uma série de sensações negativas: uma contagem gota a gota, doída, necessária, uma retenção tida como inevitável e, sabe-se lá por que, lembra constipação. Sem dúvida, é um termo técnico, mas que anuncia um futuro mal-estar, como alguém que se depara com um súbito mau hábito, vindo do cheiro de sílabas mal mastigadas. Talvez seja mera ingenuidade, mas é possível acreditar que, por delicadeza, senso e apuro estético, os gestores do GDF se furtem de dizer o que estejam realmente fazendo; ou seja, contingenciamento.

Veja o que se passa com o Fundo de Apoio à Cultura, o nosso FAC. Desde abril, os recursos do audiovisual estão.... qual palavra usar? Estão digamos que parados no caixa do governo. Os processos, aprovados, receberam pedidos de reconsideração, foram reavaliados, e os resultados, apesar do atraso, acabaram divulgados dentro de um período razoável, factível. Fizaram chamadas para os documentos necessários à contratação, todos enviados, e tudo segue o seu “devido processo legal”, como gostam de frisar os gestores do GDF. Passa abril, e vem o aniversário de Brasília. Silêncio sobre

os repasses. Chega maio, as delações do Varcaro são negadas pela Polícia Federal, idem. Vem junho, as bandeirinhas e os festejos da Copa do Mundo. De lá para cá, nada. Os recursos do FAC deixam de ficar apenas parados. Agora, hibernam, e os gestores preferem outro adjetivo. Dizem que há disponibilidade orçamentária, mas que ainda não ocorreu liberação financeira — entende a diferença? Que, por ora, os recursos estão... bloqueados.

Essa evidente negligência com o cronograma do FAC não vem de hoje. Infelizmente, é algo corriqueiro, que se repetiu em editais anteriores. Muitas vezes, quando chega o início do ano orçamentário, numa súbita canetada da Secretaria de Economia do GDF, os recursos do FAC acompanham a valsa do orçamento: ficam fora do seu compasso original, paradiinhos, num esquisito limbo entre o inferno do orçamento e o paraíso da sua execução financeira. Depois, bloqueados — e vem toda a mobilização da classe cultural do GDF para pedir o óbvio, que se realizem as obrigações legais da administração pública. Num recente processo do TCDF, liderado pelo deputado distrital Gabriel Magno, eles apontam algo grave, uma forma de gerir o FAC como se fosse um orçamento igual aos das demais secretarias, suscetível a cortes e remanejamentos conforme o que entra ou sai do caixa do GDF.

Pois acontece, leitores, que o FAC, como bem lembra o julgamento final do TCDF, guarda uma cláusula pétreia: é uma verba — e perdão pelo necessário palavrão — o FAC é uma verba incontingenciável. Ou seja, um fundo que não pode receber a mesma conduta e não tem o mesmo destino dos demais recursos orçamentários, pois faz parte do rol dos fundos federais e estaduais impedidos, por força legal, de serem retidos pela administração. Patente e irresponsável, a contenção dos recursos do FAC ainda tem, sobretudo para o audiovisual, maiores

consequências e anuncia um cenário drástico. Sua execução é uma contrapartida de acordos governamentais para que se receba, por parte da Ancine, o valor destinado aos editais dos arranjos regionais. Para isso, há um prazo: o ano orçamentário de 2026.

Somados o contingenciamento do FAC, que está no caixa do GDF, e o recurso federal da Ancine, já pronto para ser liberado, o efeito cascata da negligência da atual gestão representa uma retenção de mais de R\$ 40 milhões. São centenas de projetos, empregos, cronogramas e recursos investidos na cultura retidos de uma maneira torpe, pois fora dos parâmetros que regem a administração. A sombra do calote à cultura tampouco é novidade, nem se restringe a esse governo. Veja a década que o Teatro Nacional ficou fechado, e com a sala Villa-Lobos, das mais importantes do país, contamos mais alguns anos sem abrigar sequer um espetáculo. Notem quantas obras culturais continuam abandonadas, ao léu. Ainda causa espanto a desfaçatez da entrevista do secretário de economia do GDF ao *DFTV* desses dias dizendo que os atrasos se devem à falta de documentação enviada pelos proponentes. Talvez ele ou seus assessores não passem os olhos pelo *Diário Oficial do DF*, pois é lá que essas entregas foram publicadas.

Preocupado com os atuais rombos de gestão do GDF, o senhor secretário da economia tem o direito de reter os recursos do seu orçamento, mas ao FAC, é preciso lembrá-lo, não está legalmente autorizado a meter seu mindinho, o garfo, a colher, e não pode reter, por sequer um dia, nenhum mísero centavo. Os agentes culturais do DF não estão pedindo, suplicando ou mendigando os recursos que já existem, que lhe são de direito e foram aprovados; estão solicitando algo básico, que, seguindo um ditado popular, merecem até os nossos mais estimados inimigos: pedimos apenas a lei. Que ela se cumpra!

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O caráter não se aposenta

Há uma antiga discussão filosófica que atravessa séculos sem jamais encontrar um consenso definitivo. É possível separar a obra de seu autor? Um grande artista continua sendo grande quando sua vida pessoal revela desonestidade, violência ou perversidade? Um governante competente continua merecendo admiração depois de comprovados atos de corrupção? Em outras palavras: ética e excelência profissional caminham juntas ou pertencem a universos completamente distintos? Os gregos antigos já se ocupavam desse dilema. Platão defendia que o belo, o bom e o verdadeiro pertenciam à mesma realidade. Aristóteles via a virtude como resultado da formação do caráter. Para ambos, não fazia muito sentido imaginar alguém profundamente corrompido produzindo continuamente algo verdadeiramente elevado para a sociedade.

Séculos depois, Immanuel Kant sustentaria que a moralidade nasce do dever e do respeito à dignidade humana, enquanto filósofos como Friedrich Nietzsche separariam, em certa medida, a criação artística dos padrões morais convencionais. A discussão permanece viva porque ela nunca deixou de fazer parte da vida cotidiana. O mercado cultural fornece exemplos constantes. Um cantor consagrado vê sua carreira desmoronar após acusações graves de abuso. Um ator premiado perde contratos milionários depois que denúncias de violência doméstica chegam ao conhecimento público. Um escritor deixa de ser adotado por escolas em razão de manifestações que nada engrandecem a sociedade. Em poucos meses, aquilo que parecia um patrimônio artístico transforma-se em objeto de rejeição. Não é apenas uma questão de julgamento moral. Trata-se de confiança. Toda obra humana carrega, em maior ou menor grau, a marca de quem a produziu. Um romance, uma pintura, uma música ou um filme nunca são produtos completamente separados da visão de mundo de seu criador. Mesmo quando a qualidade técnica permanece inalterada, o público passa a enxergar aquela produção sob outra perspectiva.

O mesmo fenômeno ocorre na política. Governantes eleitos prometem honestidade, responsabilidade fiscal, eficiência administrativa e compromisso com o interesse público. Quando são alcançados por escândalos de corrupção, tráfico de influência ou enriquecimento ilícito, não é apenas sua biografia que sofre desgaste. Sua capacidade de liderança também desaparece. A confiança política é um patrimônio extremamente difícil de construir e extraordinariamente fácil de perder. Pode até acontecer que determinado administrador realize boas obras públicas ou implemente políticas eficientes. Entretanto, se sua conduta pessoal demonstra desprezo pelas normas que exige dos demais, instala-se uma contradição praticamente insolúvel. O cidadão passa a perguntar: quem despreza princípios fundamentais na vida privada será capaz de respeitá-los no exercício do poder?

A história demonstra que esse questionamento raramente desaparece. Richard Nixon deixou importantes realizações na política externa americana, mas seu nome continua associado ao escândalo de Watergate. Na Itália, Silvio Berlusconi governou por vários mandatos, mas sua imagem permaneceu permanentemente vinculada às inúmeras investigações judiciais e controvérsias pessoais. No Brasil, diferentes governos, de distintas orientações ideológicas, tiveram sua legitimidade profundamente afetada por sucessivos casos de corrupção revelados ao longo das últimas décadas. A erosão da credibilidade costuma sobreviver ao mandato. No ambiente empresarial, acontece exatamente o mesmo. Empresas investem fortunas na construção de reputação institucional. Bastam poucos episódios envolvendo fraude contábil, corrupção, exploração de trabalhadores ou danos ambientais para que décadas de prestígio desapareçam em questão de semanas. A marca continua existindo, mas o consumidor passa a enxergá-la com desconfiança.

A reputação constitui um ativo econômico. Talvez por isso seja cada vez mais difícil sustentar a tese de que vida pessoal e atividade profissional ocupam compartimentos completamente isolados. Naturalmente, existem limites para essa ideia. Uma obra de arte pode conservar seu valor histórico mesmo quando seu autor apresenta graves defeitos morais. Pinturas de Caravaggio, por exemplo, continuam sendo estudadas pela história da arte apesar de sua vida marcada por episódios de violência. Escritores, compositores e cineastas permanecem relevantes por razões estéticas, independentemente das controvérsias envolvendo suas biografias. Reconhecer o mérito artístico, contudo, não significa ignorar o comportamento de quem o produziu.

Da mesma forma, uma política pública pode gerar resultados positivos ainda que seu formulador apresente graves falhas éticas. O reconhecimento de um fato não elimina o outro. O problema surge quando se pretende transformar competência técnica em salvo-conduto moral. Nenhuma sociedade consegue sustentar por muito tempo a ideia de que resultados justificam qualquer comportamento. Instituições democráticas dependem muito menos de indivíduos brilhantes do que de pessoas confiáveis. Organizações prosperam quando seus integrantes inspiram segurança. Famílias permanecem unidas porque existe confiança recíproca. Mercados funcionam porque contratos são respeitados. A própria Justiça só possui legitimidade enquanto a sociedade acredita na integridade daqueles que a aplicam. Por essa razão, ética e competência dificilmente permanecem separadas por muito tempo.

A frase que foi pronunciada:

“Quando for escolher qualquer candidato, esqueça o que foi dito, pesquise o que foi feito.”

Déborah Hayes

História de Brasília

Hoje, finalmente hoje, no gabinete do presidente da Novacap, serão assinados os primeiros contratos de compra de terrenos em Taguatinga. É uma luta muito antiga do Bernardino Sá, hoje diretor administrativo. (Publicada em 24/5/1962)